



**Percepção dos gestores de micro e pequenas empresas em relação a
informação contábil como um recurso que auxilie o processo decisório
gerencial**

**Micro and small businesses managers' perception of accounting
information as a resource that aids the managerial decision making
process**

Edivaldo do Nascimento Duda¹

Dênis Thadeu de Medeiros Xavier²

Salmo Batista de Araújo³

Clara Monise Silva⁴

Maria do Socorro Valentim⁵

Umbelina Cravo Teixeira Lagioia⁶

Luziana Maria Nunes de Queiroz⁷

César Augusto de Albuquerque Araujo⁸

¹ Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Av. Prof. Moraes Rego, 123, Cidade Universitária, Recife - PE, CEP: 50670-901. E-mail: edivaldo.duda@ufpe.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6265-0867>

² Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro de Ensino Superior do Seridó - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES - UFRN) - Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal - RN, CEP: 59078-970.
E-mail: deniswinpala@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2032-5983>

³ Especialista em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Faculdade Católica Santa Teresinha - Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal - RN, CEP: 59078-970.
E-mail: araujobs04@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5295-1279>

⁴ Mestra em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Climáticas - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCC - UFRN) - Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal - RN, CEP: 59078-970.
E-mail: clarinharn@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6278-1031>

⁵ Mestra em Gestão de Processos Institucionais pelo Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CCHLA - UFRN) - Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal - RN, CEP: 59078-970. E-mail: socorrovalentim@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6596-4631>

⁶ Doutora em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Av. Prof. Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária, Recife - PE, CEP: 50670-901. E-mail: umbelina.lagioia@ufpe.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8422-7808>

⁷ Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal - RN, CEP: 59078-970. E-mail: luziana65@hotmail.com
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0365-3029>

⁸ Mestre em Administração pela Universidade Potiguar (UNP), R. Ênico Monteiro, 1806-1844, Capim Macio, Natal - RN, CEP: 59082-400. E-mail: cesaralbuquerque@ifma.edu.br Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4719-5066>

Resumo

A partir de uma abordagem descritiva e qualitativa, o objetivo deste trabalho consiste em evidenciar qual é a percepção de gestores de micro e pequenas empresas (MPE'S) que atuam no ramo de comércio de Caicó – RN, sobre a importância das informações contábeis como um recurso que auxilie no processo decisório gerencial de seus negócios. Para a realização da pesquisa, aplicou-se um questionário através da plataforma Google Forms que foi disponibilizado as MPE'S da cidade, compatíveis ao perfil da pesquisa, resultando em 35 respondentes. Entre outras constatações, os resultados demonstraram que a maioria dos gestores percebem apenas as informações ligadas aos aspectos fiscais e trabalhistas, além da própria experiência adquirida nos negócios, como recursos mais úteis a gestão de suas empresas, muito em função de não possuírem conhecimento ou acesso a outros tipos de informações que auxiliem de fato, o processo decisório gerencial.

Palavras-chave: Informações Contábeis. Pequenos Negócios. Tomada de Decisão.

Abstract

From a descriptive and qualitative approach, the objective of this work is to highlight what is the perception of managers of micro and small enterprises (MPE'S) that operate in the branch of commerce of Caicó - RN, about the importance of accounting information as a resource to assist in the managerial decision-making process of their business. To carry out the research, a questionnaire was applied through the Google Forms platform that was made available to the MPE'S of the city, compatible with the research profile, resulting in 35 respondents. Among other findings, the results showed that most managers perceive only the information linked to fiscal and labor aspects, in addition to their own experience in business, as the most useful resources for the management of their companies, much in function of not having knowledge or access to other types of information that actually help the managerial decision-making process.

Keywords: Accounting Information. Small Businesses. Decision Making.

Introdução

A informação, quando bem elabora e utilizada, representa um dos recursos mais importantes as organizações (BERNARDES; MIRANDA, 2011). Em cenários cada vez mais

competitivos, em que os gestores precisam a todo momento tomar decisões envolvendo aspectos muitas vezes complexos, tornam-se necessárias informações concretas que possam auxiliar e potencializar o processo decisório, proporcionando uma maior capacidade competitiva (MOREIRA et al., 2013). Considerando as diversas fontes de informações presentes nas empresas, a Contabilidade surge como um dos principais recursos de auxílio gerencial (STROEHER, 2005). Através da reunião dos dados, a Contabilidade mensura, registra e informa os fatos ligados a situação patrimonial, possibilitando que seus diversos usuários, inclusive os gestores, possam ser auxiliados da melhor forma no processo decisório (MARION, 2015).

Nessa perspectiva, as Micro e Pequenas empresas (MPE'S) merecem um enfoque especial devido ao preocupante contraste que vivenciam: ao mesmo tempo que possuem uma inquestionável relevância socioeconômica, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento das nações através da geração de renda, fornecimento de inúmeros empregos, produção de bens, entre outras contribuições (CARNEIRO, 2019), também vêm apresentando altos índices de mortalidade precoce ao longo dos anos, por enfrentarem sérias dificuldades e problemas típicos de seu porte (SANTOS; DOROW; BEUREN, 2016) que indicam uma fragilidade marcante.

Embora fatores como a concorrência acirrada, falta de recursos financeiros, elevada carga tributária, dificuldades para obter financiamento, sejam exemplos de obstáculos bem comuns as MPE'S e que sem dúvida, contribuem para dificultar sua continuidade, muitas vezes, a principal causa está na má gestão do empreendimento, onde as decisões são tomadas sem respaldo e com ausência de dados confiáveis (MARION, 2009).

Assim, mesmo a informação contábil sendo um recurso imprescindível ao processo decisório, a literatura indica que tal recurso não vem sendo utilizado devidamente pelos gestores em muitas MPE'S (QUEIROZ, 2005; STROEHER, 2005; STROEHER; FREITAS, 2008; MIRANDA et al., 2008; SILVA et al., 2010; BERNARDES; MIRANDA, 2011; FARIA; AZEVEDO; OLIVEIRA, 2012; ALBUQUERQUE et al., 2013; MOREIRA et al., 2013; SANTOS; DOROW; BEUREN, 2016; MENDES et al., 2019). É apontado que os gestores de MPE'S em muitos casos, por falta de qualificação em aspectos contábeis e administrativos não conseguem compreender as informações geradas pela Contabilidade e muito menos utilizá-las como um recurso gerencial no processo decisório.

Parte considerável das pesquisas ainda evidenciam a forte concepção existente nas MPE'S, em que a Contabilidade é vista somente como um mero recurso voltado ao cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas e não como uma ferramenta também

gerencial que possa auxiliar o processo decisório. Desse modo, quando esses pequenos negócios deixam de utilizar toda a potencialidade oferecida pelas informações contábeis, o processo decisório fica comprometido e a Contabilidade deixa de cumprir sua finalidade base. Nesse ponto, para Cruz, Andrich e Schier (2021), essa crença negativa do senso comum, em que a Contabilidade, acaba por ser visualizada, em muitos casos, como algo ligada especialmente ao aspecto tributário, limita a atenção dos usuários no que diz respeito aos aspectos que envolvam a análise e o controle patrimonial.

Diante do exposto esse trabalho pretende responder a seguinte questão: qual a percepção dos gestores de MPE'S em relação as informações contábeis como um recurso que auxilie no processo decisório dos negócios? Nesse sentido, o trabalho tem por objetivo evidenciar qual é a percepção de gestores de MPE'S que atuam no ramo de comércio de Caicó – RN, sobre a importância das informações contábeis como um recurso que auxilie no processo decisório gerencial de seus negócios. De forma específica, busca-se: conhecer o perfil dos gestores que compõem a amostra, bem como as características de suas empresas; avaliar qual é a importância atribuída pelos gestores, ao profissional contador e a Contabilidade em geral; e evidenciar quais os recursos mais utilizados pelos gestores no processo decisório gerencial.

A relevância desse estudo se encontra na necessidade de abordar o importante papel que a Contabilidade pode desempenhar no auxílio a gestão das MPE'S, principalmente entre aquelas que enfrentam dificuldades gerenciais. Uma vez que as MPE'S exercem um importante papel socioeconômico, é de interesse da sociedade em geral, conhecer a realidade que esses pequenos empreendimentos estão inseridos, bem como a forma que seus gestores recebem, interpretam e utilizam as informações geradas pela Contabilidade, contribuindo assim para a evolução dos conceitos, práticas e desconstrução de paradigmas negativos.

Referencial Teórico

2.1 Caracterização das Micro e Pequenas Empresas: Relevância, Problemas Enfrentados e Critérios de Classificação

Para Silva (2019), as MPE'S são entidades que embora não possuam tanta visibilidade como as grandes empresas, contribuem para fomentar a economia local de onde estão inseridas, através da geração de diversos empregos, introdução de inovações e produção de

bens e serviços, suprindo dessa forma, as necessidades da sociedade e estimulando a competição no mercado.

No contexto brasileiro a relevância das MPE'S é bem expressiva, visto que com base nos dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), elas são responsáveis por 27% do Produto Interno Bruto (PIB), além de representarem 54% dos empregos formais e 98,5% das empresas privadas existentes no Brasil (SEBRAE, 2017).

Infelizmente, apesar da inegável relevância socioeconômica exercida, muitas MPE'S ainda convivem com diversos problemas e dificuldades que normalmente não são encontrados em empresas maiores, o que indica uma fragilidade marcante. Uma pesquisa do SEBRAE (2020), realizada em todos os estados brasileiros, revelou que de 9 a 13% dos pequenos negócios criados em 2019, encerraram suas atividades após completarem apenas um ano de operação. Ainda sobre o mesmo estudo, quando considerado um período maior (de 2015 a 2020), percebe-se que a porcentagem de encerramento sobe consideravelmente, já que dos pequenos negócios criados em 2015, entre 22 a 30%, encerraram suas atividades após completarem 5 anos de operação.

As MPE'S convivem com pressões constantes, enfrentando obstáculos como a alta competitividade, elevada carga tributária, recursos financeiros limitados, dificuldades para obter financiamento. Embora tais fatores sejam exemplos de obstáculos bem comuns as MPE'S e que sem dúvida, contribuem para dificultar a continuidade desses empreendimentos, muitas vezes, a principal causa está na má gestão do empreendimento, onde as decisões são tomadas sem respaldo e com ausência de dados confiáveis (MARION, 2009).

A ausência de gestores capacitados e de mão de obra especializada vem ocasionando sérios problemas na administração das MPE'S. Percebe-se que na maioria dos casos, os gestores desses empreendimentos, são também, proprietários do negócio que adentram no mercado sem possuir uma formação adequada, o que dificulta a compreensão dos aspectos contábeis e gerenciais necessários a administração de qualquer empresa (FARIA; AZEVEDO; OLIVEIRA, 2012). Desse modo, as falhas gerenciais nesses empreendimentos têm grande relação com a falta de utilização de informações contábeis que possam auxiliar o processo decisório. Para Moreira et al. (2013), a conjuntura negativa envolvendo as fragilidades apresentadas pelas MPE'S e a ausência de informações contábeis úteis na tomada de decisão, gera uma condição de maior risco diante dos concorrentes e por essa razão, faz-se necessário um controle mais eficaz que possibilite um processo decisório mais estruturado.

No Brasil, não há uma unanimidade quanto a classificação das empresas em categorias, já que existem diferentes critérios de classificação estabelecidos tanto pela legislação em vigor (Lei complementar nº 123 de 2006), quanto por instituições financeiras, órgãos representativos do setor e institutos de pesquisas (SILVA, 2019). As classificações mais usuais, baseiam-se no faturamento anual ou no número de pessoas ocupadas.

A Lei Complementar nº 123 de 2006, classifica as MPE'S levando em conta o faturamento anual e foi a responsável por instituir o Estatuto Nacional da Micro Empresa e da Empresa de Pequeno Porte, oferecendo tratamento jurídico diferenciado a esse setor, conforme previsto na Constituição Federal Brasileira. A partir das posteriores alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 155 de 2016, com relação ao limite de enquadramento para os pequenos negócios, a Lei Complementar nº 123 de 2006 considera microempresa aquela que tenha receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360 mil, ao passo que será considerada empresa de pequeno porte, aquela que tenha receita bruta anual superior a R\$ 360 mil e igual ou inferior a R\$ 4,8 milhões (BRASIL, 2006).

Já em relação à classificação por pessoas ocupadas, o SEBRAE define que para os segmentos de comércio e serviço, consideram-se microempresas aquelas que possuem até 9 empregados e empresas de pequeno porte aquelas que possuem de 10 a 49 empregados. No segmento industrial, consideram-se microempresas aquelas que possuem até 19 empregados e pequenas empresas aquelas que possuem de 20 a 99 empregados (SEBRAE, 2014). Para o presente trabalho optou-se por adotar o critério estabelecido pelo SEBRAE.

No próximo tópico apresentam-se aspectos sobre o processo decisório nas MPE'S e as características de seus gestores. Para possibilitar o entendimento dos fatores que envolvem a utilização das informações contábeis nas MPE'S, é necessário antes, compreender melhor como funciona o processo decisório em tais empreendimentos, pontuando algumas características e aspectos que influenciam o modo de tomar decisão.

2.2 A Tomada de Decisão na Gestão das Micro e Pequenas Empresas

Para Lehnhart (2016) o processo que envolve a tomada de decisão está presente em todos os sistemas sociais, uma vez que os indivíduos frequentemente se deparam com decisões a serem feitas, envolvendo questões desde as mais simples, as mais complexas. No contexto das organizações, a tomada de decisão se mostra de extrema importância. Nutt e Wilson (2010) trazem a ideia de March e Simon (1958), explanando que os processos que envolvem a funcionalidade das organizações, ou seja, sua dinâmica, exigem uma profunda compreensão

do processo decisório e desse modo, seria intuitivo dizer que a gestão das organizações e o processo de decisão são virtualmente sinônimos. O controle da tomada de decisão é considerado um fator crucial para o processo satisfatório de qualquer empresa, uma vez que influenciará nos resultados operacionais, positivos ou negativos, refletindo na rentabilidade dos negócios e servindo como uma forma de auxílio ao desenvolvimento de estratégias gerenciais (QUEIROZ, 2005).

De acordo com Moreira et al. (2013, p. 120) “o fator decisório é questão de pesquisa tanto para grandes quanto para as micro empresas (MPEs), e tem requerido a atenção dos gestores devido à complexidade de avaliação e resolução de problemas diários”. Entretanto, é necessário entender que as MPE’S devem ser estudadas com um enfoque diferenciado em sua gestão, em razão da forma simples que possuem e por apresentarem particularidades, isto é, características próprias e problemas que geralmente não se encontram em empresas maiores (BILESSIMO, 2002; STROEHER; 2005; ALVES et al., 2013).

As particularidades apresentadas pelas MPE’S dizem respeito aos aspectos pessoais dos pequenos empresários, como seus valores e crenças, aos aspectos internos, relacionados a forma própria de organização dos pequenos negócios e por fim, a fatores relacionados ao ambiente externo que tem efeitos diferentes em cada porte de empresa e não podem ser controlados pela vontade do gestor (LUNA et al. 2014). Tais particularidades devem ser levadas em consideração, pois possuem enorme influência na forma como a decisão é tomada nas MPE’S.

Primeiramente, é necessário destacar que as MPE’S são empreendimentos que apresentam uma estrutura simples, com poucos funcionários e baixa tecnologia (PASCUCI; ALVES, 2018), onde os gestores atuam em contato direto com os funcionários (BILESSIMO 2002), o que favorece uma comunicação mais simples e uma maior cooperação interna, revelando, contudo, o elevado grau de informalidade nos processos organizacionais.

Nas MPE’S, o processo decisório é centralizado na figura do gestor e normalmente vem acompanhado por um acúmulo excessivo de funções (BARROS, 2017). É bem comum o pequeno empresário estar envolvido em diversos setores da empresa, executando várias atividades além de sua função, geralmente operacionais, ao invés de delegar atribuições e descentralizar a tomada de decisão para equipes de gestão, o que possibilitaria priorizar atividades realmente cabíveis ao trabalho de um gestor, como planejamento, previsões estimadas, avaliação de desempenho empresarial, ente outros. Nesse ponto, Mendes et al. (2019) alertam que embora a presença do gestor na execução de multifunções seja uma

característica bem marcante das MPE'S, é também, fonte dos erros decisórios mais comuns ocorridos nos pequenos empreendimentos.

Silva (2019) destaca nos pequenos negócios, a falta de qualificação profissional por parte dos gestores e a carência de mão de obra especializada, o que afeta negativamente o planejamento estratégico e operacional do empreendimento. Para Queiroz (2005) boa parte dos microempresários apresentam um interesse mínimo na busca por qualificação através de cursos e estudos que visem o aperfeiçoamento gerencial. Há que se considerar ainda, que a gestão pouco especializada das MPE'S, muitas vezes tem relação com a maioria delas serem empresas familiares e dessa forma, no momento de atribuir funções, leva-se em conta o parentesco e não a competência profissional.

De acordo com Miranda et al. (2008, p. 134) “as pequenas empresas, na grande maioria dos casos, são carentes de uma visão estratégica, uma vez que a grande motivação para seu surgimento é a falta de emprego ou a aptidão artesanal do indivíduo”. Os pequenos empreendedores muitas vezes, entram no mercado sem as habilidades e os conhecimentos básicos necessários sobre os aspectos que envolvem seu negócio e dessa forma, investem suas economias pessoais, assumindo um risco considerável que pode ser potencializado pela falta de planejamento e uma gestão inadequada.

Dada a carência administrativa e o alto nível de informalidade presente, percebe-se que normalmente nos pequenos empreendimentos, há muita influência da personalidade na gestão das MPE'S. O processo decisório das MPE'S, reflete a personalidade do proprietário e está ligado diretamente aos valores e crenças do gestor (QUEIROZ, 2005; HAMBRICK, 2007; BARROS, 2017; MENDES et al., 2019). O pouco preparo administrativo, bem como a escassez de recursos humanos e financeiros, favorecem a forma individualista de se tomar decisões, ocorrendo de acordo com as percepções cognitivas do gestor, envolvendo suas experiências, limitações e preconceitos pessoais. Nesse ponto, para Pascuci e Alves (2018) as estratégias adotadas pelos pequenos empreendimentos estão mais relacionadas a um aspecto interpretativo do que a um processo de análise formal, uma vez que os pequenos empresários têm como principal fonte de orientação estratégica a experiência de vida.

2.3 Aspectos Relevantes e Pesquisas Sobre o uso da Informação Contábil na Gestão das Micro e Pequenas Empresas

Para ser eficiente, uma gestão precisa estar respaldada em informações confiáveis e concretas. De acordo com Moreira et al. (2013, p. 122) “o sucesso de um gerente pode ser

medido pela qualidade e pela quantidade de suas decisões, que vão depender de sua eficiência na utilização de informações.”

Infelizmente, embora a informação contábil seja de extrema importância para o processo decisório, a literatura aponta que em muitos casos, tal recurso não é devidamente utilizado pelas MPE’S (QUEIROZ, 2005; STROEHER, 2005; STROEHER; FREITAS, 2008; MIRANDA et al., 2008; SILVA et al., 2010; BERNARDES; MIRANDA, 2011; FARIA; AZEVEDO; OLIVEIRA, 2012; ALBUQUERQUE et al., 2013; MOREIRA et al., 2013; SANTOS; DOROW; BEUREN, 2016; MENDES et al., 2019). De acordo com Mendes et al. (2019, p. 68) “[...] a utilização de informações básicas da contabilidade nas MPE’S muitas vezes falha por diversas razões, que vão desde limitações dos elaboradores até as dificuldades dos gestores em interpretá-las e utilizá-las na tomada de decisão”.

Muitos gestores de MPE’S, por falta de qualificação em aspectos contábeis e administrativos, não detém o conhecimento necessário para compreender as informações fornecidas pela Contabilidade e muito menos utilizá-las no processo decisório, resultando em uma gestão ineficaz. A falta de afinidade com instrumentos e práticas gerenciais por parte dos gestores de MPE’S é apontada em algumas pesquisas (VOGEL, WOOD JR, 2012; SANTOS; DOROW; BEUREN, 2016) e tal aspecto, acaba por dificultar mais ainda o processo decisório nas MPE’S.

O fato do pequeno empreendedor, em muitos dos casos, não possuir os conhecimentos contábeis e administrativos suficientes é algo bastante prejudicial, uma vez que ele não conseguirá nem mesmo, entender os benefícios que a Contabilidade pode oferecer a gestão da empresa, dificultando mais ainda a utilização de informações como um recurso gerencial. Acrescenta-se a isso, a situação revelada por algumas pesquisas (SILVA et al., 2010; MOREIRA et al., 2013), em que muitos gestores de MPE’S alegam não receber informações ou relatórios úteis ao processo decisório, contribuindo assim, para que as informações contábeis não cumpram com a sua real finalidade.

Nesse ponto, a pesquisa de Silva et al. (2010) feita com MPE’S localizadas na Região do Grande Recife, no estado de Pernambuco, buscou evidenciar a forma como a informação contábil é utilizada. A pesquisa revelou que além de parte significativa dos gestores possuir dificuldade para utilizar as informações contábeis, em grande parte dos casos, os relatórios disponibilizados pelos escritórios de contabilidade se apresentavam como os mais corriqueiros e com pouca capacidade preditiva para anteceder resultados. Por fim, os autores concluíram que a maioria dos gestores não utilizava a Contabilidade em proveito gerencial,

seja no acompanhamento de metas, medição de desempenho empresarial e avaliação dos impactos financeiros das decisões.

Stroehrer e Freitas (2008) relataram em seu estudo, que nas MPE'S os pequenos empreendedores estão mais preocupados com as informações de ordem tributária, vinculando a Contabilidade ao excesso de fiscalismo e à arrecadação de impostos, deixando de lado aspectos administrativos como o planejamento e o controle. Os autores ainda argumentam que essa situação pode estar relacionada ao fato de que boa parte dos contadores que prestam serviços para pequenos negócios, se especializam em aspectos fiscais e, portanto, acabam por fornecer apenas informações relativas a essa área para os clientes.

De acordo com Marion (2009, p. 27) “em nosso país, em alguns segmentos da nossa economia, principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada exclusivamente para satisfazer as exigências do fisco”. O fato do Brasil ser um ambiente com alta carga tributária, implica em uma cultura de excessiva preocupação com questões tributárias e burocráticas. Dessa forma, a forte cultura fiscalista presente, bem como a tendência de pouca transparência por parte de algumas empresas, contribui para que a informação contábil seja considerada como pouco relevante para fins de gestão, limitando-se muitas vezes ao mero cumprimento de exigências fiscais (FERNANDES; KLANN; FIGUEREDO, 2011).

A pesquisa de Faria, Azevedo e Oliveira (2012) que objetivou verificar o uso da Contabilidade como instrumento de apoio à gestão em MPE'S do ramo de comércio de material de construção, localizadas na Bahia, concluiu que muitos gerentes, além de desconhecerem a maior parte das ferramentas contábeis capazes de auxiliar o processo decisório, possuem uma visão equivocada sobre a Contabilidade, na qual ela estaria voltada exclusivamente para questões fiscais e trabalhistas. Outras pesquisas (STROEHER, 2005; MIRANDA et al., 2008; BERNARDES; MIRANDA, 2011; MOREIRA et al., 2013; SANTOS; DOROW; BEUREN, 2016) também apresentam resultados semelhantes e apontam o impacto da interferência fiscal no modo como a Contabilidade é vista e utilizada nas MPE'S, indicando que a maior parte dos gestores de MPE'S ainda percebem o contador como um profissional voltado quase que exclusivamente aos aspectos fiscais e tributários, não percebendo a importância ou não demonstrando interesse pelas informações de ordem gerencial que poderiam ser de grande auxílio ao processo decisório.

Quando a informação contábil não é utilizada para fins de gerenciamento, outro grave problema é revelado: a preferência pelo uso da experiência ou intuição no processo decisório em detrimento de uma análise formal advinda da Contabilidade. Nesse ponto, a pesquisa de

Moreira et al. (2013) que buscou avaliar a percepção dos gestores de MPE'S na cidade de Teófilo Otoni, Minas Gerais (MG), sobre a relevância atribuída as informações contábeis e sua utilização, além de concluir que a maioria dos gestores entrevistados veem a Contabilidade como mera executora de questões fiscais e trabalhistas, não percebendo a sua real importância, ainda revelou que 64,4% dos gestores preferem confiar na experiência empresarial ao tomar decisões.

O estudo de Santos, Dorow e Beuren (2016) realizado com MPE'S de Santa Catarina, revelou que boa parte dos empreendimentos participantes da pesquisa não utilizavam a Contabilidade no processo decisório, muito em função das informações fornecidas fugirem da realidade da empresa em termos de utilidade administrativa e devido ao desconhecimento da serventia dessas informações por parte dos gestores. Os autores observaram ainda, que a maioria dos gestores preferiam basear as decisões na própria experiência ou em conselhos de familiares.

Na mesma linha, a pesquisa de Queiroz (2005) teve como objetivo investigar o uso da informação contábil pelos micro e pequenos empresários nas cidades de Caicó e Currais Novos, ambas do estado do Rio Grande do Norte (RN), para efeito de tomada de decisão envolvendo questões de natureza econômico-financeira. O estudo revelou que 69,1% dos respondentes, percebiam a informação contábil recebida apenas como relevante no cumprimento das legislações fiscais e trabalhistas, além de ser constatado que parte expressiva dos gestores pesquisados (42,6%), tomam essas decisões baseados apenas na experiência desenvolvida com o seu próprio negócio.

Nesse ponto, para Miranda et al. (2008) a utilização da experiência ou intuição no processo de tomada de decisão, é sem dúvida um fator agravante na taxa de mortalidade das MPE'S, pois a ausência de profissionais realmente especializados e de informações gerenciais, colaboram para que os gestores em muitos casos, tendam a tomar decisões de forma aleatória ou intuitivamente, ficando mais expostos ao risco de uma decisão inadequada.

Metodologia

O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa descritiva e qualitativa, por buscar descrever a visão que os micro e pequenos empresários respondentes da pesquisa, tem sobre o uso da informação contábil como um recurso de auxílio ao processo decisório gerencial, entre outros aspectos ligados a Contabilidade e a tomada de decisão.

O trabalho limitou-se somente ao universo das micro e pequenas empresas do ramo de comércio da cidade de Caicó, Rio Grande do Norte (RN). De acordo com os dados do Data Sebrae e Receita Federal do Brasil (RFB) (SEBRAE, 2020), a cidade de Caicó apresenta 2.009 MPE'S no setor comercial. Importante mencionar que o critério adotado para a classificação do porte das empresas foi baseado no critério do SEBRAE que classifica as empresas de acordo com o número de funcionários, como já explicado no Referencial Teórico deste trabalho.

Para a coleta de dados, aplicou-se um questionário elaborado por meio da plataforma Google Forms, que ficou disponível para respostas no período de 14 entre 30 de junho de 2022. O questionário foi baseado nos modelos apresentados nas pesquisas de Queiroz (2005); Miranda et al. (2008) e Moreira et al. (2013).

Para a distribuição do questionário entre as empresas que se encaixassem no perfil da pesquisa, contou-se com o auxílio da Casa do Empresário e do órgão SEBRAE, ambos situados na cidade de Caicó. Além disso, o questionário também foi divulgado em redes sociais, objetivando alcançar um maior número possível de respondentes. Após a aplicação do questionário, obteve-se um retorno de 35 respondentes. Para a tabulação de dados, utilizou-se o Excel e sempre que possível os dados foram confrontados com a literatura.

Análise dos Resultados

Para análise dos resultados o questionário enviado aos respondentes teve questões focadas em 3 aspectos: o primeiro diz respeito a caracterização dos respondentes da pesquisa; o segundo diz respeito a caracterização das empresas participantes; e o terceiro aspecto procurou evidenciar a visão dos gestores participantes sobre a Contabilidade e suas informações, além de buscar identificar quais os recursos mais utilizados no processo decisório das empresas e demonstrar qual o valor atribuído pelos gestores aos contadores.

4.1 Caracterização dos Respondentes

Inicialmente, os respondentes foram questionados sobre quem exerce a função de gestor/gerente na empresa: se é o próprio proprietário ou um funcionário contratado. Conforme demonstra a Tabela 1, em 85,7% das empresas, a função de gestor é assumida pelo próprio proprietário, enquanto em somente 14,3% dos casos, a gerência é exercida por alguém contratado.

Quem exerce a função de gestor/gerente na empresa?	Frequência	Porcentagem
Proprietário	30	85,7%
Gerente contratado	5	14,3%
Total	35	100,0%

Tabela 1 - Responsável por exercer a gestão da empresa

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Em relação ao nível de escolaridade dos respondentes, os resultados revelam que 40% dos gestores possuem ensino médio completo, enquanto 20% se encontram abaixo do nível médio completo, sendo 2,9% com nível fundamental incompleto e 17,1% com nível médio incompleto, conforme demonstra a Tabela 2.

Nível de escolaridade	Frequência	Percentual
Ensino Fundamental incompleto	1	2,9%
Ensino Fundamental completo	0	0%
Ensino médio incompleto	6	17,1%
Ensino médio completo	14	40%
Superior incompleto	7	20%
Superior completo ou acima	7	20%
Total	35	100,0%

Tabela 2 - Nível de escolaridade

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

A Tabela 2, ainda revela que 40% dos gestores se encontram com escolaridade acima do nível médio, sendo 20% com nível superior completo ou mais e outros 20% possuindo nível superior incompleto.

Ao questionar-se o tempo de experiência dos gestores na área empresarial, foi possível observar que grande parte já possui um bom tempo de experiência no mundo dos negócios. Identificou-se que a maior parte, possui 10 anos ou mais de experiência na área empresarial, constituindo 62,9% do total, conforme evidencia a Tabela 3.

Tempo de experiência dos gestores na área empresarial	Frequência	Percentual
1 ano ou menos	0	0%
De 2 a 4 anos	2	5,7%
De 5 a 9 anos	11	31,4%
10 anos ou mais	22	62,9%
Total	35	100,0%

Tabela 3 - Tempo de experiência dos gestores na área empresarial

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

4.2 Caracterização das Empresas da Amostra

Em relação ao porte das empresas da amostra, observa-se que 74,3% são Microempresas (ME) e 25,7% são Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme pode-se observar na Tabela 4. Como forma de classificação das empresas, utilizou-se o critério estabelecido pelo SEBRAE, com base no número de empregados, como já mencionado anteriormente no Referencial Teórico do presente trabalho.

Porte/ Número de empregados	Frequência	Percentual
Micro Empresa (até 9 empregados)	26	74,3%
Pequena Empresa (de 10 a 49)	9	25,7%
Total	35	100,0%

Tabela 4 - Porte das empresas (segundo critério do SEBRAE)

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

É importante mencionar que em razão de existirem outros critérios que classificam as empresas com base no faturamento e não com base no número de empregados, houve algumas divergências quando as respostas dadas pelos gestores foram confrontadas com a classificação do SEBRAE. Quatro respondentes classificaram suas empresas como EPP, quando na verdade, pelo critério do SEBRAE essas empresas seriam classificadas como ME e ainda, um (1) respondente classificou sua empresa como ME, onde pelo critério do SEBRAE, a empresa seria enquadrada como EPP.

Em relação ao tempo de funcionamento das empresas da amostra, a maior parte delas possui 10 anos ou mais de existência, constituindo 54,3% do total, conforme pode-se observar na Tabela 5. Para Faria, Azevedo e Oliveira (2012), empresas com 10 anos ou mais de funcionamento já demonstram certa consolidação no mercado.

Idade da empresa	Frequência	Percentual
1 ano ou menos	0	0%
2 a 5 anos	4	11,4%
6 a 9 anos	12	34,3%
10 anos ou mais	19	54,3%
Total	35	100,0%

Tabela 5 - Tempo de funcionamento das empresas

Dados da Pesquisa (2022)

A Tabela 5, ainda apresenta um considerável percentual de 34,3% de empresas que possuem entre 6 a 9 anos de funcionamento e um pequeno percentual de 11,4% que possuem entre 2 a 5 anos de funcionamento. Nesse ponto, as empresas abaixo de 10 anos de funcionamento ainda buscam consolidação no mercado, especialmente as que tem entre 2 a 5

anos de funcionamento, já que primeiro são desafiadas a escapar do percentual elevado de empresas que encerram suas atividades entre os primeiros 5 anos de funcionamento.

Quando questionados sobre a forma como a Contabilidade da empresa é feita, em 100% dos casos, os gestores afirmaram que a Contabilidade é realizada de forma externa, ou seja, há um escritório contratado responsável pelos serviços contábeis, conforme demonstra a Tabela 6.

Forma como a Contabilidade é feita	Frequência	Percentual
Internamente (própria empresa)	0	0%
Externamente (escritório contratado)	35	100,0%
Total	35	100,0%

Tabela 6 - Forma como a Contabilidade das empresas é feita

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Nesse ponto, resultado semelhante foi encontrado na pesquisa de Faria, Azevedo e Oliveira (2012). Os autores explicam que a terceirização do serviço contábil é algo bem comum nas MPE'S, uma vez que se torna mais barato para tais empresas, deixar a gestão das informações contábeis para escritórios especializados. As MPE'S geralmente atuam com recursos limitados e muitas vezes não possuem capacidade nem condições de efetuar uma contabilidade interna.

4.3 Percepção dos Gestores Respondentes Sobre os Aspectos Relacionados a Contabilidade e Processo Decisório

Em um primeiro momento, ao serem questionados sobre a importância das informações contábeis no processo decisório e gerencial de toda e qualquer empresa, 100% dos gestores atribuíram grau de importância satisfatório. Como pode ser observado na Tabela 7, apresentou-se uma escala de 1 a 5, sendo “nada importantes” (1); “pouco importantes” (2); “importantes” (3); “muito importantes” (4) e “imprescindíveis” (5).

Importância atribuída a informação contábil no processo decisório gerencial	Frequência	Porcentagem
(1) Nada importantes	0	0%
(2) Pouco importantes	0	0%
(3) Importantes	5	14,3%
(4) Muito importantes	19	54,3%
(5) Imprescindíveis	11	31,4%
Total	35	100,0%

Tabela 7 - Reconhecimento do valor da informação contábil

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

A Tabela 7 demonstra que 54,3% dos gestores, consideraram que as informações contábeis são “muito importantes” no auxílio ao processo decisório e gerencial de toda e qualquer empresa, enquanto 31,4% consideraram que são “imprescindíveis”. Há ainda, uma minoria de 14,3% que considerou apenas como “importantes”.

Entretanto, os dados da Tabela 8, apontaram um primeiro ponto conflitante com o resultado exposto na Tabela 7. Ao serem questionados sobre qual profissional contrariam para produzir informações que auxiliem no processo decisório gerencial, como por exemplo em aspectos que envolvam o controle e avaliação da empresa, a maior parte dos gestores (60%), optou pelo administrador, enquanto apenas 34,3% dos gestores, indicou o contador, conforme mostra a Tabela 8.

Profissional mais adequado para produzir informações no auxílio gerencial da empresa na visão dos gestores	Frequência	Porcentagem
Contador	12	34,3%
Administrador	21	60%
Economista	0	0%
Advogado	0	0%
Outro	2	5,7%
Total	35	100,0%

Tabela 8 - Profissional que contratariam para produzir informações gerenciais

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Percebe-se assim, que mesmo 100% dos gestores da amostra afirmando que consideram as informações contábeis como importantes na tomada decisão gerencial de uma empresa (ver Tabela 7), é estranho que o profissional contador não seja o mais indicado, na visão dos respondentes, para produzir informações que auxiliem o processo decisório. Esse resultado demonstra um forte indicativo de desconhecimento do real valor do profissional contábil e vai de encontro ao obtido na pesquisa de Moreira et al. (2013), onde apenas 29,2% dos respondentes reconheceram o contador como um profissional importante na produção de informações gerenciais e na avaliação de desempenho da empresa, enquanto a maior parte (49,2%) optou pelo administrador.

Importante mencionar que a situação demonstrada na Tabela 8 também pode ter forte relação com o tipo de informação fornecida pelos escritórios que prestam serviço as empresas da amostra. Ao serem questionados, sobre a área em que a informação fornecida pela Contabilidade é mais útil ao gerenciamento da empresa, a maior parte dos gestores (42,9%), apontou que as informações relativas as áreas fiscal e trabalhista, conjuntamente, são as mais úteis, conforme demonstrado na Tabela 9.

Áreas em que a informação contábil fornecida tem mais utilidade para a empresa na visão dos gestores	Frequência	Porcentagem
Fiscal	5	14,3%
Trabalhista	2	5,7%
Fiscal e Trabalhista	15	42,9%
Controle gerencial (processo decisório)	2	5,7%
Fiscal, trabalhista e controle gerencial	11	31,4%
Nenhuma área	0	0%
Total	35	100,0%

Tabela 9 – Percepção da área em que a informação contábil tem mais utilidade

Fonte: dados da Pesquisa (2022)

Além dos 42,9 % que optaram pelas áreas fiscal e trabalhista simultaneamente, como informações mais importantes, nota-se ainda, que cinco gestores (14,3% do total), reconheceram apenas as informações relativas à área fiscal como mais úteis ao gerenciamento da empresa, ao passo que dois gestores (5,7% do total), reconheceram apenas as informações relativas à área trabalhista, possibilitando o entendimento de que para a maioria dos gestores, a informação fornecida pela Contabilidade aparenta ter pouca utilidade ao controle gerencial e tomada de decisão de suas empresas. Apenas 2 gestores (5,7%) do total, afirmaram que a informação contábil fornecida é mais útil a área gerencial, enquanto 11 gestores (31,4%) afirmaram que as informações fornecidas são mais úteis a todas as três áreas simultaneamente (gerencial, fiscal e tributária). Desse modo, nota-se que a maioria dos gestores da amostra, preocupam-se ou utilizam-se mais de informações relacionadas apenas ao pagamento de tributos e encargos, deixando o aspecto gerencial em segundo plano.

Resultados como esse vão de encontro a outras pesquisas (STROEHER, 2005; STROEHER; FREITAS, 2008; BERNARDES; MIRANDA, 2011; MOREIRA et al., 2013; SANTOS; DOROW; BEUREN, 2016) que também indicaram a forte presença da imposição fiscal e tributária na gestão das MPE'S em detrimento dos aspectos gerenciais.

O resultado analisado na Tabela 9, fica mais evidente ao analisar-se os dados presentes no Gráfico 1.

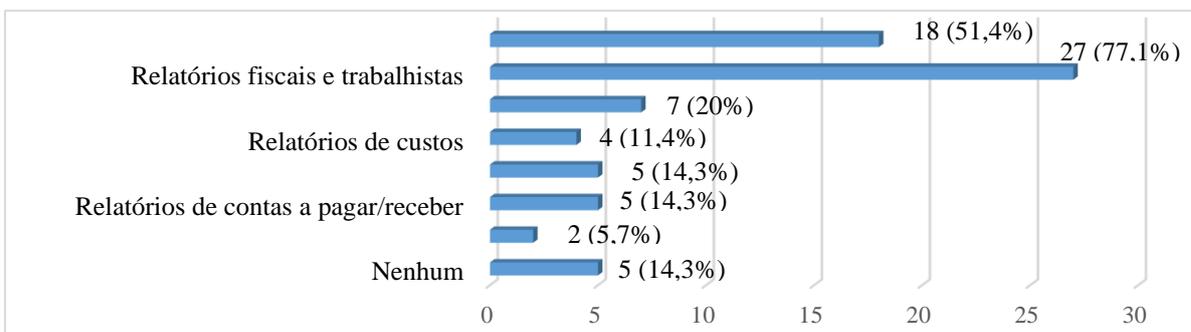


Gráfico 1 - Relatórios fornecidos pela Contabilidade

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Percebe-se que os relatórios mais fornecidos pela contabilidade são justamente os fiscais e trabalhistas, presentes em 77,1% das escolhas, enquanto outros relatórios que deveriam ser na prática, mais importantes ao gerenciamento da empresa, como os relatórios de estoque, de vendas, de custos, de contas a pagar e receber, entre outros, são apontados como fornecidos em percentuais baixíssimos. Ainda sobre o Gráfico 1, nota-se que 18 gestores (51,4%) afirmaram receber demonstrações como fluxo de caixa (DFC), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e Balanço Patrimonial. Assim, fica evidente que os outros 17 gestores não possuem acesso as demonstrações contábeis, o que é algo bem preocupante, visto que tais demonstrativos são um dos principais recursos de auxílio ao processo gerencial.

Nesse ponto, os resultados expostos na Tabela 9 e no Gráfico 1, vão de encontro aos dados do Gráfico 2. Primeiramente, percebe-se que quando os gestores foram questionados sobre quais recursos são mais utilizados no processo decisório, a experiência adquirida nos negócios foi apontada como meio mais utilizado, totalizando 91,4% do total, conforme demonstra o Gráfico 2.

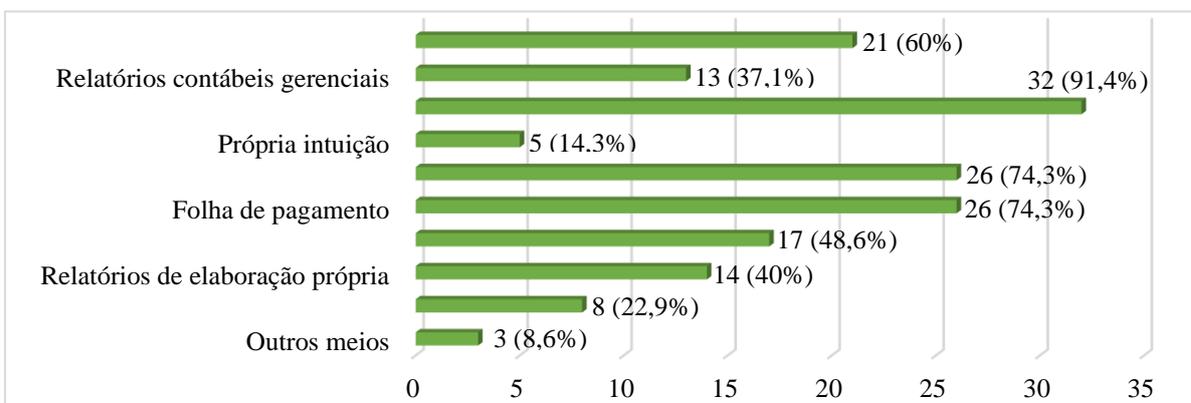


Gráfico 2 - Recursos mais utilizados na tomada de decisão

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Esse resultado vai de encontro a outras pesquisas (QUEIROZ, 2005; FARIA AZEVEDO; OLIVEIRA, 2012; MOREIRA et al., 2013; SANTOS; DOROW; BEUREN, 2016) que também demonstraram que a maioria dos gestores preferem se utilizar da experiência adquirida no mundo empresarial no momento de tomar decisões para o negócio.

Nota-se que por esse fato, os relatórios contábeis gerenciais como Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, relatórios de vendas, entre outros, foram apontados como um dos recursos mais utilizados no processo decisório por apenas 37,1% dos respondentes, ao passo que a folha de pagamento e documentos informando o valor dos tributos a serem pagos estiveram presentes em 74,3% das escolhas.

É relevante evidenciar ainda, no Gráfico 2, que a análise de mercado foi apontada como um dos recursos mais utilizados em 60% dos casos, sendo um ponto positivo, pois a concorrência cada vez mais acirrada, principalmente para MPE'S, que já convivem com inúmeros desafios, exige constantemente um maior entendimento do ambiente mercadológico e de suas inovações. Percebe-se também, que apenas 17 gestores afirmaram consultar a opinião do contador como um dos recursos mais utilizados no momento de tomar decisões, enquanto para os outros 18 gestores, o contador é solicitado com pouca frequência.

A pesquisa também evidenciou um baixíssimo número de empresas que fazem uso das análises das demonstrações contábeis através de índices econômicos e financeiros, como pode ser observado no Gráfico 3.

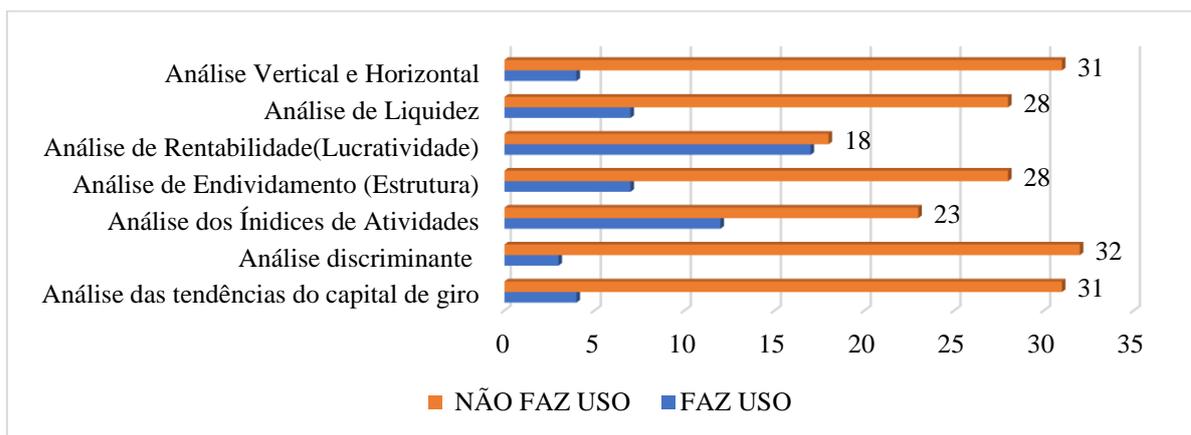


Gráfico 3 - Análises realizadas pelas empresas da amostra

Fonte: Dados da Pesquisa

Apenas a análise de rentabilidade (lucratividade) e a análise dos índices de atividades (referente ao prazo médio de recebimento de vendas; prazo médio de renovação de estoques e prazo médio de pagamento ao fornecedor) se destacaram entre as análises mais utilizadas

pelos gestores, apontadas em 17 e 12 dos casos, respectivamente, sendo ainda assim, valores insatisfatórios se comparados ao total.

Resultado semelhante foi encontrado no estudo de Faria, Azevedo e Oliveira (2012), que também constatou uma baixo percentual de uso das análises econômico-financeiras a partir das demonstrações contábeis. Os autores ainda observaram que pelo pouco uso de informações contábeis gerenciais no processo decisório, os gestores recorrem a experiência adquirida nos negócios, o que também vai de encontro aos resultados do Gráfico 2.

É interessante observar ainda, que ao comparar-se os dados do Gráfico 3 com o Gráfico 2, percebe-se que parte dos 37,1% dos gestores que afirmaram utilizar as demonstrações contábeis e outros tipos de relatórios contábeis gerenciais (consultar o Gráfico 2), não reconhecem todo o potencial contido nas demonstrações, pois apenas um pequeno número se utiliza das análises das demonstrações e seus índices. Essa situação fica mais evidente no Gráfico 4, pois nota-se que o principal fator para a não utilização das análises contábeis é o desconhecimento de tais recursos pela maioria dos gestores.

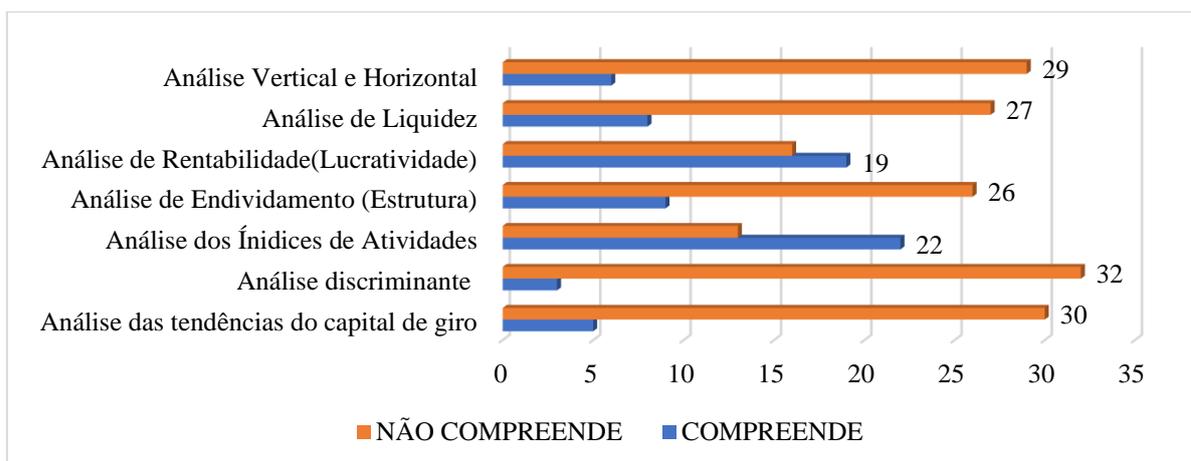


Gráfico 4 - Nível de conhecimento dos gestores sobre as análises contábeis

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Quando os gestores foram questionados então, sobre a frequência que as informações contábeis são solicitadas ou fornecidas pelos escritórios de contabilidade, a maioria (54,3%) indicou que tem acesso as informações mensalmente, conforme demonstrado na Tabela 10.

Com qual frequência a empresa solicita ou recebe serviços do contador?	Frequência	Porcentagem
Diariamente	6	17,1%
Semanalmente	10	28,6%
Mensalmente	19	54,3%
Total	35	100,0%

Tabela 10 - Frequência de solicitação/recebimento dos serviços contábeis

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Nesse ponto, a pesquisa feita por Faria, Azevedo e Oliveira (2012) também indicou um alto percentual de gestores que alegaram ter acesso mensalmente as informações contábeis. Os autores argumentam que o cenário atual de mercado cada vez mais competitivo, exige uma circulação de informações e decisões a quase todo momento, e desse modo, uma frequência mensal de solicitação dos serviços contábeis acaba sendo considerada baixa, não sendo, portanto, capaz de atender de forma adequada o processo decisório gerencial.

Outra situação preocupante, encontrada na pesquisa diz respeito a avaliação dos gestores da amostra em relação aos serviços prestados pelos escritórios de contabilidade. No questionário, solicitou-se aos gestores que avaliassem os serviços contábeis prestados as suas empresas em relação ao recebimento de informações contábeis úteis ao processo decisório gerencial a partir de uma escala de 1 a 5, sendo: (1) “nada úteis”; (2) “pouco úteis”; (3) “relativamente úteis”; (4) “muito úteis” e (5) “extremamente úteis”.

Conforme demonstra a Tabela 11, em 48,6% dos casos, os gestores avaliaram os serviços prestados como “muito úteis” as necessidades gerenciais, enquanto em 17,1% dos casos, avaliaram como extremamente úteis. Há ainda uma parcela considerável de 31,4% que avaliou os serviços prestados como “relativamente úteis” aos aspectos gerenciais e decisórios do negócio, enquanto 2,9% avaliaram como “pouco úteis”.

Avaliação dos serviços prestados pela contabilidade em relação ao auxílio a gestão e processo decisório gerencial	Frequência	Porcentagem
Nada úteis (1)	0	0%
Pouco úteis (2)	1	2,9%
Relativamente úteis (3)	11	31,4%
Muito úteis (4)	17	48,6%
Extremamente úteis (5)	6	17,1%
Total	35	100,0%

Tabela 11 - Avaliação dos serviços prestados pela Contabilidade

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Esses dados demonstram contradição se comparados aos resultados encontrados na Tabela 9 e nos Gráficos 1 e 2, pois ao mesmo tempo que a maioria dos gestores afirmou que as informações contábeis fornecidas são mais úteis aos aspectos fiscais e trabalhistas (ver Tabela 9), não possuindo em muitos casos, acesso a relatórios gerenciais essenciais (ver Gráfico 1), também afirmam que os serviços prestados são satisfatórios no que se refere ao auxílio do processo decisório gerencial. Essa situação, portanto, demonstra que a maior parte dos gestores da amostra parecem considerar como satisfatório e suficiente receber apenas informações e documentos relacionados aos aspectos tributários e trabalhistas, demonstrando pouca preocupação em embasar e melhorar o processo decisório e gerencial da empresa.

Um ponto positivo na pesquisa, é que ao serem questionados se manteriam a prestação de serviço do contador caso o governo simplificasse o recolhimento dos impostos e dos encargos sociais de modo que os próprios gestores pudessem calcular e efetuar o pagamento, 85,7% dos gestores afirmou que manteriam o contrato do contador, conforme mostra a Tabela 12.

Disposição de manter o contador caso o recolhimento de impostos e encargos fosse simplificado ao ponto que o próprio gestor pudesse calcular	Frequência	Porcentagem
Manteriam	30	85,7%
Não manteriam	5	14,3%
Total	35	100,0%

Tabela 12 - Disposição de manter o contador

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Apenas uma pequena parcela de 14,3% dos gestores afirmou não manter a prestação do serviço do contador caso o recolhimento dos impostos fosse simplificado, sendo um forte indício que para essa parcela de gestores o contador é visto como um mero provedor de serviços relacionados ao recolhimento de impostos.

Resultados semelhantes, ao exposto a Tabela 12, também foram encontrados nas pesquisas de Miranda et al. (2008) e Moreira et al. (2013), onde a maioria dos gestores também afirmou manter o profissional contábil mesmo que o recolhimento dos impostos e encargos fosse simplificado.

Por fim, quando os gestores foram questionados sobre a disposição de pagar mais aos contadores por relatórios contábeis, contendo informações gerenciais que possibilitem conhecer projeções para a empresa, analisar o desempenho, visualizar indicações de melhorias, entre outros aspectos que oferecem um maior suporte ao processo decisório gerencial, notou-se um equilíbrio entre os que afirmaram “pagar mais” e os que afirmaram “não pagar mais”. Conforme demonstra a Tabela 13, percebe-se que 18 gestores (51,4%) não pagariam um valor a mais por informações que auxiliassem e melhorassem o gerenciamento do empreendimento. Isso é um forte indício de que esses gestores percebem os contadores apenas como uma despesa a mais e não estão dispostos a buscar a melhoria contínua do processo decisório gerencial de seus negócios.

Disposição de pagar mais ao contador por relatórios contábeis contendo informações gerenciais capazes de fazer a diferença no negócio.	Frequência	Porcentagem
Não pagariam	18	51,4%
Pagariam até 10% a mais	11	31,4%
Pagariam até 20% a mais	4	11,4%
Pagariam até 40% a mais	1	2,9%
Pagariam até 50% ou mais	1	2,9%
Total	35	100,0%

Tabela 13 - Disposição de remunerar mais o contador

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Em contrapartida, 17 gestores (48,6%) afirmaram que pagariam mais por informações gerenciais que possibilitassem melhorar o processo decisório e a gestão como um todo, entretanto, 11 desses gestores (31,4%) só pagariam até 10% a mais do que já pagam, ao passo que apenas 4 gestores (11,4%) pagariam 20% a mais. Nota-se ainda, que apenas 2 gestores estariam dispostos a pagar acima de 30%. Esses resultados tem relação com um aspecto enfatizado por Moreira et al. (2013) em sua pesquisa, onde autor argumenta que devido os gestores de MPE'S muitas vezes atuarem com recursos limitados, preferem fornecer uma remuneração mais baixa pelos serviços prestados. Por outro lado, Bernardes e Miranda (2011), argumentam que embora muitas vezes os pequenos empresários objetivem diminuir seus custos, não considerando assim, contratar profissionais mais qualificados para auxiliá-los na gestão do negócio, a simples comparação do custo-benefício pode gerar um resultado positivo, já que em muitos casos, o custo da contratação é superado pelo benefício gerado, ou seja um lucro maior do que foi gasto.

Conclusões

A presente pesquisa buscou evidenciar qual é a percepção de gestores de MPE'S que atuam no ramo de comércio de Caicó – RN, sobre a importância das informações contábeis com um recurso que auxilie no processo decisório gerencial de seus negócios. Além disso, como forma de cumprir os objetivos específicos foram analisados outros fatores como: perfil dos respondentes e características de suas empresas; percepção do valor dos contadores e da Contabilidade em geral; e identificação dos recursos mais utilizados pelos gestores respondentes, no processo decisório gerencial.

Observou-se que mesmo 100% dos gestores tendo afirmado reconhecer as informações contábeis como recursos importantes no auxílio do processo decisório e gerencial de toda e qualquer empresa, grande parte dos gestores não consegue compreender nem utilizar toda a potencialidade das informações contábeis em proveito de suas próprias empresas.

A análise dos dados revelou primeiramente uma carência nos serviços prestados as empresas da amostra, quanto ao fornecimento de informações que ofereçam uma base sólida as decisões gerenciais. Apenas 18 dos 35 gestores, afirmaram ter acesso as demonstrações contábeis (DFC, DRE e Balanço Patrimonial), enquanto outros tipos de relatórios gerenciais como relatórios de vendas e de custos, foram alegados como fornecidos em baixos percentuais (abaixo de 21%). Esse fato, talvez explique o percentual elevado de gestores que apontaram as informações referentes as áreas fiscal e trabalhista como mais úteis ao gerenciamento de suas empresas, além de explicar também, o fato da maioria ter apontado o administrador e não o contador como profissional mais adequado na produção de informações úteis ao processo decisório gerencial.

Constatou-se que mesmo parcela dos gestores que afirmaram utilizar as demonstrações contábeis no processo decisório, não conseguem compreender toda a potencialidade presente nas demonstrações, pois foram revelados altos percentuais de gestores que afirmaram não conhecer nem utilizar nenhum um tipo de análise econômico-financeira através das demonstrações contábeis, o que poderia ser de grande auxílio a gestão de suas empresas, proporcionando um maior conhecimento do desempenho empresarial e conseqüentemente, maior certeza nas decisões.

Como consequência, observou-se que os gestores recorrem principalmente a experiência adquirida nos negócios, a documentos informando o valor dos tributos a serem pagos e folha de pagamento como recursos de auxílio nas tomadas de decisões, revelando assim que a maioria das empresas da amostra não apresentam um gerenciamento adequado e estruturado, uma vez que a experiência nem sempre oferece bases sólidas ao aspecto decisório, enquanto as informações fiscais e trabalhistas por si só, também não são suficientes para promover a melhoria contínua do processo de gestão da empresa em um mercado cada vez mais competitivo.

Outro fator preocupante constatado, é que embora os serviços prestados pelos escritórios de contabilidade as empresas da pesquisa, não garantam um suporte adequado ao processo decisório gerencial na maioria dos casos, grande parte dos gestores ainda avaliaram os serviços prestados como úteis aos aspectos gerenciais e decisórios, evidenciando assim, uma percepção equivocada sobre o termo “gerencial”, ou uma conformidade em considerar como satisfatório e suficiente receber apenas informações e documentos relacionados aos aspectos tributários e trabalhistas.

Ainda assim, um ponto importante a ser relatado na pesquisa, é que parcela considerável dos gestores estaria disposta a pagar mais por informações que oferecessem um

maior suporte as decisões gerenciais, possibilitando conhecer metas, avaliar desempenho empresarial, entre outras aspectos. Já outra parcela considerável dos gestores, não estaria disposta a pagar mais do que já pagam, demonstrando pouca preocupação em embasar e melhorar o processo decisório e gerencial da empresa.

Por fim, entende-se a maioria dos gestores percebe apenas as informações ligadas aos aspectos fiscais e trabalhistas, além da experiência adquirida nos negócios, como recursos mais úteis ao gerenciamento de suas empresas, muito em função de não possuírem conhecimento ou acesso a outros tipos de informações que auxiliem de fato o processo decisório gerencial. Desse modo, é necessário que os contadores que prestam serviços as empresas da amostra, passem a fornecer um suporte mais adequado às necessidades gerenciais e não somente informações exigidas pela lei e governo, possibilitando assim, que os gestores passem a dar mais reconhecimento ao valor do profissional contábil. Quanto aos gestores respondentes, é de extrema importância que eles busquem por aperfeiçoamento das práticas gerenciais, procurando conhecer melhor todo o potencial que a Contabilidade tem a oferecer, a fim de proporcionar um processo decisório mais confiável e um controle mais eficaz do empreendimento.

É necessário evidenciar que nesta pesquisa houveram algumas limitações. Mesmo contando com o auxílio da Casa do Empresário de Caicó e também do órgão SEBRAE, também de Caicó, para a disponibilização do questionário de pesquisa, poucos gestores da cidade que se enquadravam no perfil da amostra, demonstraram disposição e interesse para responder a pesquisa. Por essa razão, devido a pequena amostra obtida, os resultados encontrados neste trabalho não podem ser generalizados para toda a população de MPE'S brasileiras, no entanto, algumas constatações encontradas na presente pesquisa que coincidiram com a literatura, podem ser consideradas como válidas e contributivas ao tema. Assim, como sugestões para futuras pesquisas, recomenda-se que sejam considerados outros setores (comércio e indústria), outras regiões e amostras mais representativas.

Referências

- ALBUQUERQUE, E. M. N.; et al. O uso de indicadores e relatórios contábeis para tomada de decisão nas micro e pequenas empresas do Estado do Amazonas. **Revista de Administração da FATEA**, v. 6, n. 6, p. 6 - 21, 2013.
- ALVES, R. C., et al. Estratégias “construídas” nas micro e pequenas empresas: um estudo no mercado central de Belo Horizonte. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 7, n. 3, p. 3-18, 2013.

- BARROS, M. S. V. **Critérios utilizados por gestores de micro e pequenas empresas do ramo da construção civil nas tomadas de decisão**. 2017. 106 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2017.
- BERNARDES, D. P. G.; MIRANDA, L. C. Quatro histórias da utilização de informação econômico–financeira nas micro e pequenas empresas: lições para futuros empreendedores. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 5, n. 3, p. 84-98, 2011.
- BILESSIMO, L. D. **Instrumento para diagnóstico da expectativa de sucesso da micro e pequena empresa brasileira**. 2002. 91f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 26 jan. 2022.
- _____. **Lei Complementar nº 155 de 27 de outubro de 2016**. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional; altera as Leis nº 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp155.htm. Acesso em: 26 de jan. 2022.
- CARNEIRO, K. F. **Contabilidade de micros e pequenas empresas: investigação a respeito das fontes da informação contábil utilizada pelos gestores**. 2019. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, 2019.
- CRUZ, J. A. W; ANDRICH, E. G.; SCHIER, C. U. C. **Contabilidade Introdutória Descomplicada**. 7 ed. Curitiba: Juruá, 2021.
- FARIA, J. A.; AZEVEDO, T. C.; OLIVEIRA, M. S. A utilização da contabilidade como ferramenta de apoio à gestão nas micro e pequenas empresas do ramo de comércio de material de construção de Feira de Santana/BA. **Revista da micro e pequena empresa**, v. 6, n. 2, p. 89-106, 2012.
- FERNANDES, F. C.; KLANN, R. C.; FIGUEREDO, M. S. A Utilidade da Informação Contábil para a tomada de decisões: uma pesquisa com gestores alunos. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 22, n. 3, p. 99-126, 2011.
- HAMBRICK, D. C. Upper echelons theory: an update. **Academy of Management Review**, v. 32, n. 2, p. 334-343, 2007.
- LEHNHART, E. R. **Tomada de decisão em contextos específicos: uma análise das relações entre os métodos multicritérios de apoio à decisão e as estratégias de**

- decisão humana.** 2016. 266 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.
- LUNA, R. A., et al. A utilização do planejamento estratégico como ferramenta de gestão das micro e pequenas empresas na região metropolitana de Fortaleza. **Revista Científica da Escola de Gestão e Negócios (CONNEXIO)**, v. 4, edição especial, p.115-126, 2014.
- MARCH, J. G.; SIMON, H. A. **Organizations.** New York: Wiley, 1958.
- MARION, J. C. **Contabilidade empresarial.** 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARION, J. C. **Contabilidade empresarial.** 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- MENDES, A. C. A., et al. Características observáveis dos gestores e a utilização da informação contábil: um estudo com base na teoria dos escalões superiores. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 38, n. 1, p. 67-84, 2019.
- MIRANDA, L. C. et al. Demanda por Serviços Contábeis pelos Mercadinhos: são os Contadores Necessários? **Contabilidade Vista & Revista**, v. 19, n. 1, p. 131-151, 2008.
- MOREIRA, R. L., et al. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 10, n. 19, p. 119-140, 2013.
- NUTT, P. C.; WILSON, D. C. Crucial Trends and Issues in Strategic Decision Making. In: PAUL, N. C.; WILSON, D. C. Eds. **Handbook Of Decision Making.** The UK: Wiley-Blackwell, 2010. p. 3 – 29.
- PASCUCI, L. M.; ALVES, C. Linear, Adaptativo ou Interpretativo? Compreendendo a dinâmica da formação de estratégias em pequenas empresas. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas empresas**, v. 7, n. 1, p. 130-161, 2018.
- QUEIROZ, L. M. N. **Investigação do uso da informação contábil na gestão das micros e pequenas empresas da Região do Seridó Potiguar.** 2005. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPE, UFPB, UFRN, Natal, 2005.
- SANTOS, V.; DOROW, D. R.; BEUREN, I. M. práticas gerenciais de micro e pequenas empresas. **Revista Ambiente Contábil**, v. 8, n. 1, p. 153-186, 2016.
- SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira.** Jul. 2014. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- _____. **Boletim Estudos & Pesquisas**, n. 61, dez. 2017. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/7836.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

_____. **Painel de empresas.** mai. 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/totaldeempresas-11-05-2020/>. Acesso em: 22 dez. 2021.

_____. Relatório da Pesquisa e do Estudo. **Sobrevivência das Empresas – recorte Bahia.** 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2021/02/Sobreviv%C3%Aancia-das-empresas-2020-%C3%9Altima-vers%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SILVA, D. J. C., et al. Para que Serve a Informação Contábil nas Micro e Pequenas Empresas? **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 7, n. 13, p. 89-106, 2010.

SILVA, G. B. **Fatores que impactam no insucesso de micro e pequenas empresas do setor metalmeccânico da Serra Gaúcha sob a ótica de especialistas.** 2019. 123 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019.

STROEHER, A. M. **Identificação das características das informações contábeis e a sua utilização para tomada de decisão organizacional de pequenas empresas.** 2005. 153 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

STROEHER, A. M.; FREITAS, H. O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas. **Revista de Administração Eletrônica RAUSP-e**, v. 1, n. 1, p. 1-25, 2008.

VOGEL, J.; WOOD JR, T. Práticas gerenciais de pequenas empresas industriais do Estado de São Paulo: um estudo exploratório. **Revista de Empreendedorismo e gestão de Pequenas Empresas**, v. 1, n. 2, p. 117-140, 2012.

Submetido em: 09.01.2023

Aceito em: 09.02.2023